



**EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 - ATUB**  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

**AUDITOR FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS**

**104**

**TRANSPORTE**

Data da prova:

Domingo, 26/2/2023

**INSTRUÇÕES**

- Você receberá do fiscal:
  - 1 (um) caderno de questões das provas objetiva e discursiva contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
  - 1 (uma) folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
  - 1 (uma) folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

*Otimismo é esperar pelo melhor.*

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas e 30 (minutos) para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de questões, bem como retirar-se da sala.
- Você somente poderá retirar-se do local de aplicação das provas levando o caderno de questões quando faltar 1 (uma) hora para o final do tempo destinado à realização das provas objetiva e discursiva.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

**INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA**

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

**Tipo "A"**

Realização **iades**  
Instituto Brasileiro de Administração Municipal

## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS GERAIS

Questões de 1 a 25

### LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL

Questões de 1 a 8

## QUESTÃO 1

### A importância da acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

Será que podemos falar em inclusão e, principalmente, em igualdade, se um usuário de cadeira de rodas necessita ser carregado por um terceiro para adentrar um local para tomar uma vacina H1N1 porque o local possui escadas? E se ele precisa da ajuda de um estranho para que possa adentrar um transporte público que não está acessível? E se uma pessoa com deficiência visual necessita ser conduzida pelo braço de estranhos para caminhar pelas vias públicas ou por outros espaços públicos que se encontram em situações que impeçam a livre e segura circulação? E se as calçadas estão mal cuidadas ou com buracos?

As pessoas que necessitam do auxílio de outras para alcançar seus objetivos não vivenciam a essência do conceito de acessibilidade universal em nenhum momento. Por isso, só há que se falar em inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida se houver acessibilidade com autonomia e independência.

Disponível em: <<https://diariodainclusaosocial.com/2017/11/07/>>.  
Acesso em: 29 jan. 2023, com adaptações.

De acordo com o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) As situações hipotéticas enfrentadas, respectivamente, pelo “usuário de cadeira de rodas” e pela “pessoa com deficiência visual” servem para ilustrar casos em que não ocorre a acessibilidade com autonomia e independência.
- (B) A inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida pode acontecer independentemente da forma como elas conseguem acessar um transporte público ou circular pelas vias públicas.
- (C) No texto, pressupõe-se que a inclusão acontece, por exemplo, quando um deficiente visual depende de outra pessoa para se locomover por uma calçada com buracos.
- (D) A falta de acessibilidade nos espaços públicos afeta mais os cadeirantes do que as pessoas com deficiência visual.
- (E) O conceito de “acessibilidade universal” abrange apenas as pessoas com deficiência.

Área livre

## QUESTÃO 2

### Alunos da rede pública aprendem sobre ocupação do solo e descarte de lixo

*Programa DF Legal nas Escolas promove a cidadania entre estudantes e também orienta sobre edificações ilegais, entre outros assuntos*

Com cerca de 5 mil alunos já atendidos na rede pública, o programa DF Legal nas Escolas será retomado em 2023 para promover cidadania e noções de como preservar a ordem urbanística do Distrito Federal. Depois de atender alunos dos 6º e 7º anos do ensino fundamental com palestras e dinâmicas em grupo, agora a iniciativa será expandida para orientar estudantes dos 8º e 9º anos e também do ensino médio.

As aulas são ministradas por auditores e inspetores da Secretaria DF Legal, que orientam sobre temas como descarte de resíduos, ocupação irregular do solo e edificações irregulares. Uma portaria assinada no final de novembro de 2022 permitiu a retomada do programa, após um longo período de pandemia.

SECUNHO, Rafael.  
Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/12/20/>>.  
Acesso em: 29 dez. 2022, com adaptações.

Com base nas informações do texto e nas relações entre elas, assinale a alternativa correta.

- (A) O programa DF Legal nas Escolas foi criado com o propósito de retomar as aulas nas escolas públicas.
- (B) Antes de ter sido retomado, o programa DF Legal nas Escolas já havia atendido cerca de 5 mil alunos na rede pública.
- (C) Como a expectativa é atender alunos dos 8º e 9º anos do ensino médio, o programa DF Legal nas Escolas passará a abordar os temas descarte de resíduos, ocupação irregular do solo e edificações irregulares.
- (D) A causa da suspensão do programa DF Legal nas Escolas, sugerida no trecho “após um longo período de pandemia”, é a ideia principal do texto.
- (E) Ao informar que auditores e inspetores da Secretaria DF Legal ministram as aulas, o autor pretende destacar a qualidade do trabalho desenvolvido pelo programa DF Legal nas Escolas.

Área livre

### QUESTÃO 3

#### Operação Pronto Emprego

A Secretaria DF Legal deu início, em agosto de 2020, à Operação Pronto Emprego, com o objetivo de combater as invasões de terra e obras irregulares, ainda em fase inicial de construção. A operação busca dar resposta às denúncias dessa natureza dentro do prazo de até 72 horas, a partir do conhecimento do fato. Dessa forma, procura reduzir os impactos social, político e financeiro, inclusive para os infratores.

São removidas casas e barracos desabitados, cercamentos, bases para construção, muros, caixas d'água irregulares, cisternas, poços, entre outras edificações ilegais.

NEUBERGER, Tereza.

Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/brasilia/>>. Acesso em: 30 jan. 2023, com adaptações.

Com base nas regras de concordância prescritas pela norma-padrão e nas relações morfossintáticas do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A redação **Foi iniciado pela Secretaria DF Legal, em agosto de 2020, a Operação Pronto Emprego** poderia substituir o trecho “A Secretaria DF Legal deu início, em agosto de 2020, à Operação Pronto Emprego”.
- (B) O trecho “ainda em fase inicial de construção” poderia ser substituído pela redação **a qual ainda se encontra em fase inicial de construção**.
- (C) A autora deveria empregar o vocábulo bastante no plural, caso desejasse incluí-lo diante do substantivo “denúncias”.
- (D) A construção “os impactos social, político e financeiro” não poderia ser substituída pela redação **o impacto social, o político e o financeiro**.
- (E) A construção “São removidas” poderia ser substituída pela forma **Remove-se**.

### QUESTÃO 4

#### Vigilância Sanitária encontra medicamentos descartados irregularmente no Parque Burle Marx

Mais de 1 metro cúbico de remédios descartados irregularmente, o equivalente a uma caixa d'água de mil litros. Essa quantidade foi encontrada pela Vigilância Sanitária do Distrito Federal, no dia 17 de janeiro de 2023, no Parque Burle Marx, no setor Noroeste. A informação chegou por meio de denúncia feita à Ouvidoria do Distrito Federal.

A farmácia será autuada por descarte irregular de medicamentos, inclusive remédios de uso controlado (tarja preta). Está sujeita à penalidade prevista como interdição e multa que varia entre R\$ 2 mil e R\$ 1,5 milhão.

LOPES, Jurana. Disponível em: <<https://www.saude.df.gov.br/>>. Acesso em: 29 jan. 2023, com adaptações.

Considerando as estruturas morfossintáticas que constituem o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O termo “Vigilância Sanitária”, empregado no título e no início do texto, exerce a função de sujeito nas duas ocorrências.

- (B) As vírgulas que antecedem, respectivamente, os termos “no Parque Burle Marx” e “no setor Noroeste” poderiam, de acordo com a norma-padrão, ser excluídas.
- (C) O termo “irregular”, como desempenha apenas uma função acessória, poderia ser excluído do texto sem comprometer a mensagem original.
- (D) A mensagem original seria alterada caso fosse empregada uma vírgula entre o termo “multa” e a oração subordinada adjetiva “que varia entre R\$ 2 mil e R\$ 1,5 milhão”.
- (E) A forma verbal “varia” é transitiva direta e tem como complemento o termo “multa”.

### QUESTÃO 5

#### Panorama da comunicação oficial

No caso da redação oficial, quem comunica é sempre o serviço público (este/esta ou aquele/aquela Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; e o destinatário dessa comunicação é o público, uma instituição privada ou outro órgão ou entidade pública, do Poder Executivo ou dos outros Poderes.

Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2022, com adaptações.

Com base nas circunstâncias em que se dá a comunicação oficial e nas normas estabelecidas pelo Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa correta.

- (A) Na comunicação oficial, que é sempre feita em nome do serviço público e sempre em atendimento aos interesses dos cidadãos, os assuntos e a linguagem devem ser tratados de forma estritamente impessoal.
- (B) No padrão ofício, as informações referentes à identificação do documento devem ser alinhadas à margem direita da página.
- (C) A forma **Atentamente** deve ser empregada como fecho em todas as modalidades de redação oficial.
- (D) De acordo com o padrão ofício, a construção **Brasília- DF, 3 de Janeiro de 2023**, desde que seguida de ponto final e alinhada à margem esquerda da página, poderia ser empregada para identificar o local e a data de um documento.
- (E) Excluídas as comunicações assinadas pelo presidente da República, as demais correspondências oficiais devem conter um espaço para a assinatura do remetente, sem que haja a necessidade de informar o cargo que ele ocupa.

Área livre

## QUESTÃO 6

A Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal (DF), órgão integrante da administração direta do DF, foi criada pelo Decreto nº 36.236/2015, que definiu a estrutura administrativa do Poder Executivo do DF. Tem atuação e competência nas seguintes áreas: projetos, execução e fiscalização das obras públicas; infraestrutura; recuperação de equipamentos públicos; e serviços públicos.

Disponível em: <<https://www.so.df.gov.br/sobre-a-secretaria/>>. Acesso em: 7 fev. 2023, com adaptações.

Assinale a alternativa correspondente ao referente semântico do pronome relativo e à função sintática que esse conector exerce no excerto apresentado.

- (A) “A Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal (DF)” – Sujeito
- (B) “órgão integrante da administração direta do DF” – Aposto
- (C) “Decreto nº 36.236/2015” – Objeto Direto
- (D) “Decreto nº 36.236/2015” – Sujeito
- (E) “a estrutura administrativa do Poder Executivo do DF” – Objeto direto

## QUESTÃO 7

A ocorrência de doenças transmitidas por alimentos (DTA) vem aumentando, de modo significativo, em nível mundial. Vários são os fatores que contribuem para a emergência dessas doenças, entre os quais se destacam: o crescente aumento das populações; a existência de grupos populacionais vulneráveis ou mais expostos; o processo de urbanização desordenado; e a necessidade de produção de alimentos em grande escala. Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à qualidade dos alimentos ofertados às populações.

Disponível em: <[https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/66174/manual\\_integrado\\_vigilancia\\_doencas\\_alimentos](https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/66174/manual_integrado_vigilancia_doencas_alimentos)>. Acesso em: 7 fev. 2023.

Assinale a alternativa em que, mesmo depois das alterações realizadas, é correto o emprego do acento grave indicativo de crase.

- (A) Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à tipos de alimentos ofertados à algumas populações.
- (B) Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante às características dos alimentos ofertados às nossas populações.
- (C) Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à mínima qualidade dos alimentos ofertados à povos de diferentes regiões.
- (D) Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à diversos modos de fabricar os alimentos ofertados às populações locais.
- (E) Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à uma qualidade suspeita dos alimentos ofertados à centros urbanos.

## QUESTÃO 8

As modificações viárias foram propostas para reduzir os engarrafamentos nas cidades, especialmente nos eixos de circulação, apresentando soluções de transportes de massa, confortáveis, seguros e incentivo aos deslocamentos ativos (ciclismo e caminhada) como alternativa ao modal automotivo. Para isso, foi estabelecida uma rede de transporte público estruturante, consolidando as principais rotas do Distrito Federal, com a implementação de corredores segregados de ônibus (BRTs), ampliação da linha do metrô, expansão da malha cicloviária, construção/melhoria das calçadas e construção de um Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), ligando aeroporto de Brasília, W3 sul e norte e Eixo Monumental, conectado com os setores Sudoeste/Octogonal e com o Setor de Indústria e Abastecimento (SIA).

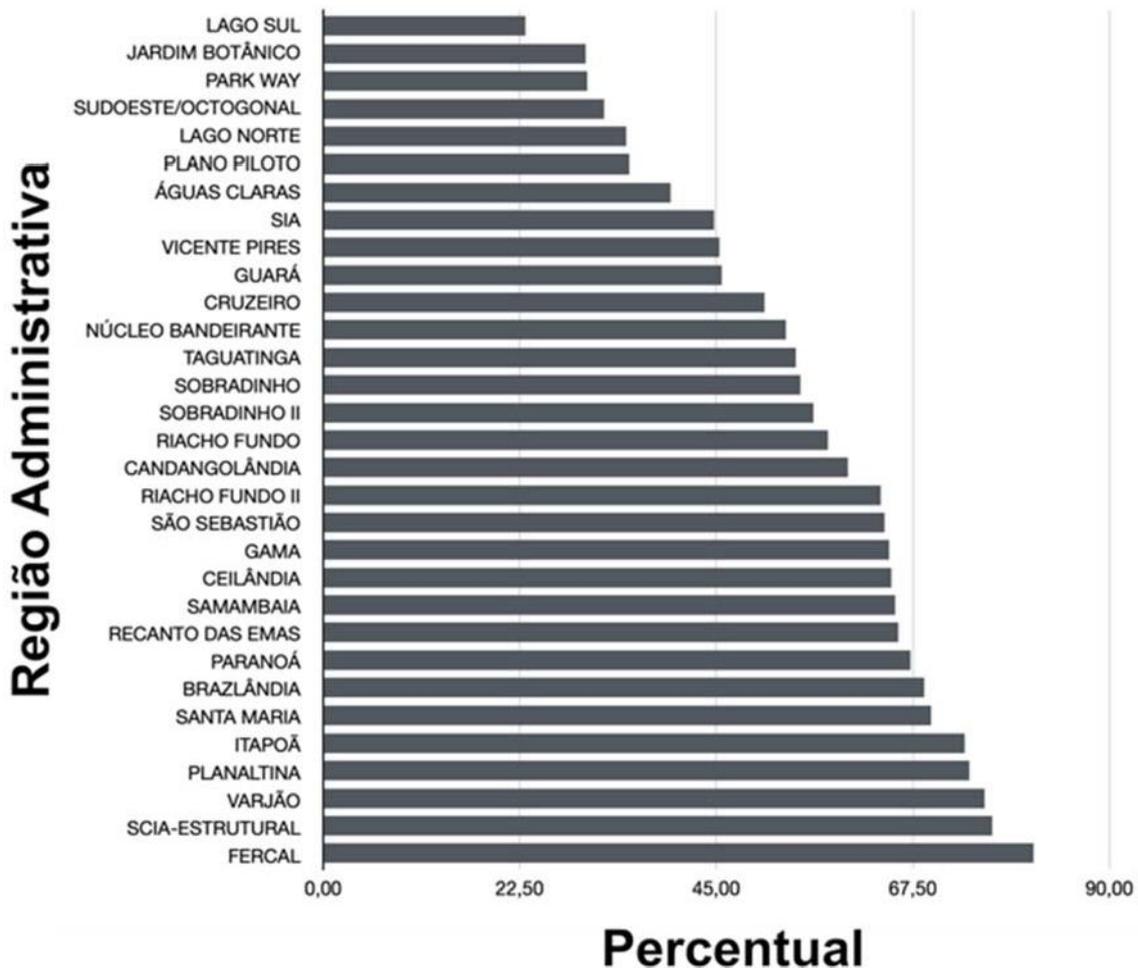
Disponível em: <<https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/>>. Acesso em: 7 fev. 2023, com adaptações.

De acordo com o texto, uma rede de transporte público estruturante foi estabelecida para

- (A) atender às rotas mais relevantes do Distrito Federal e expandir as ciclovias e calçadas.
- (B) implementar corredores segregados de ônibus, ampliar a linha de metrô e aumentar o número de calçadas para pedestres.
- (C) reduzir os engarrafamentos nas cidades com alternativas ao uso de carros particulares, melhores condições dos transportes coletivos e estímulo aos deslocamentos ativos.
- (D) diminuir as distâncias entre o aeroporto de Brasília e as cidades administrativas.
- (E) construir BRTs e VLTs confortáveis para os moradores de Brasília.

Área livre

## QUESTÃO 9



Codeplan (2023). Disponível em: <<https://infodf.ipe.df.gov.br/populacao-negra-por-r-a/>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

Essa figura apresenta um gráfico da população por Região Administrativa (RA) do Distrito Federal, que se autodeclara preta ou parda.

Com base nos dados relativos às RA representadas no gráfico, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas RA centrais, como no caso da RA1-Brasília, ou Plano Piloto, esse percentual não representa a realidade.
- (B) Nas RA criadas mais recentemente, esse percentual é sempre inferior.
- (C) Nas RA consolidadas há mais de 20 anos, o percentual é baixo em função da inclusão social.
- (D) A diferença entre o menor e o maior percentual é abaixo de 10 pontos percentuais nas RA.
- (E) Nas RA com menor índice de desenvolvimento humano, predomina a população preta ou parda.

## QUESTÃO 10

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) é composta pelo Distrito Federal e um conjunto de municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais. Esses entes da Federação integralizam uma área de planejamento e geração de políticas públicas comuns a eles. No que concerne a alguns aspectos da RIDE-DF, assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de desmembramento de algum município pertencente à RIDE-DF para constituição de um novo município, este novo fará parte da citada região de forma automática.

- (B) A RIDE-DF também pode ser considerada uma região metropolitana em razão dos critérios de diversificação de funções que ela possui e pela acumulação de capital.
- (C) A esfera autorizada para a criação do Conselho Administrativo, para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE-DF, é o Poder Executivo municipal.
- (D) A RIDE-DF possui orçamento próprio, administrado pelo Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas.
- (E) A esfera administrativa da RIDE-DF pressupõe obrigatoriamente a constituição de uma estrutura de governo própria, na qual a gestão da RIDE-DF é ocupada de modo rotativo em períodos bianuais.

## QUESTÃO 11

Assinale a alternativa que corresponde a uma das metas do Eixo 1 – Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II PDPM) 2020 – 2023.

- (A) Aumentar o número de mulheres participando da formulação e implementação das políticas públicas por meio da representação em conselhos, fóruns e comitês.
- (B) Incluir programas que contemplem a temática de gênero na política educacional do Distrito Federal.
- (C) Implantar o Centro Especializado de Saúde da Mulher (CESMU) nas regiões de saúde do Distrito Federal.
- (D) Reduzir os índices de violência contra as mulheres e de feminicídios.
- (E) Aumentar o número de parcerias com organizações governamentais e não governamentais para o desenvolvimento de ações de promoção da igualdade de gênero e oferta de cursos para mulheres por meio da Rede Sou Mais Mulher.

## QUESTÃO 12

Em relação ao II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II PDPM) 2020 – 2023, assinale a alternativa correta.

- (A) O II PDPM consiste em um conjunto de propostas de políticas públicas, elaboradas por órgãos não governamentais e pela sociedade civil, para garantir a igualdade das mulheres e combater a discriminação.
- (B) As atividades dos membros do Comitê de Articulação e Monitoramento e das câmaras técnicas são consideradas serviço público relevante, não remunerado.
- (C) O Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM será integrado por um representante do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, obrigatoriamente entre as representações da sociedade civil, e por quatro representantes dos órgãos da Administração Pública do Distrito Federal.
- (D) O acompanhamento, a articulação, o monitoramento e a avaliação periódica quanto ao cumprimento dos objetivos, das metas e das ações definidas no II PDPM serão implementados pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM, instituído nos termos do Decreto e vinculado à Secretaria de Saúde do Distrito Federal.
- (E) O principal objetivo do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM é criar as condições necessárias para a elaboração do III PDPM, com escopo de garantir a continuidade e o aprimoramento das ações já estipuladas.

Área livre

## SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI

Questões de 13 a 15

## QUESTÃO 13

Na tela principal do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), denominada Controle de Processos, há o grupo de ícones a seguir.

1 2 3 4 5 6 7 8



De acordo com o Manual do Usuário do SEI, o ícone Atualizar Andamento é representado pela figura nº

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 5.
- (E) 7.

## QUESTÃO 14

Com base no disposto no Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações e acerca dos processos com restrições de acesso, assinale alternativa correta.

- (A) Processos sigilosos não podem ser anexados, nem relacionados a outros processos.
- (B) Nos processos sigilosos, não é possível fazer referência a quaisquer documentos.
- (C) Os processos sigilosos ficam disponíveis a todos os usuários das unidades em que o processo tramitou.
- (D) Não é possível a inclusão de processo sigilosos em blocos ou em acompanhamento especial.
- (E) Nas pesquisas disponíveis, os processos sigilosos são computados por meio do *menu* “Estatísticas”.

## QUESTÃO 15

Com base no disposto no Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações, no que se refere a usuários externos, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao usuário externo não poderá ser concedida a autorização para modificação de documentos específicos no processo.
- (B) Os documentos externos disponibilizados pelo usuário externo devem estar em formato html.
- (C) Ao usuário externo poderá ser concedida a autorização para visualizar o processo, bem como as atualizações posteriores à disponibilização do acesso externo.
- (D) Documentos externos podem, além de ser inseridos em blocos, ser liberados para assinatura de usuários externos.
- (E) O usuário externo deverá, em qualquer hipótese, obter autorização para assinar documentos.

Área livre

**LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL E LEI  
COMPLEMENTAR Nº 840/2011 (REGIME JURÍDICO DOS  
SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL)**

**Questões de 16 a 19**

**QUESTÃO 16** \_\_\_\_\_

De acordo com o art. 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), assinale a alternativa que indica um dos objetivos prioritários do DF.

- (A) Garantia e promoção dos direitos humanos assegurados apenas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos
- (B) Preservação dos interesses individuais
- (C) Garantia de prestação de assistência jurídica integral e gratuita mesmo àqueles que não comprovarem insuficiência de recursos
- (D) Valorização e desenvolvimento da cultura global
- (E) Zelo pelo conjunto urbanístico de Brasília

**QUESTÃO 17** \_\_\_\_\_

Conforme o art. 5º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), assinale a alternativa correspondente à modalidade por meio da qual a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos nos termos da lei.

- (A) Iniciativa popular
- (B) Orçamento participativo
- (C) Reuniões participativas
- (D) Sessão extraordinária
- (E) Sessão ordinária

**QUESTÃO 18** \_\_\_\_\_

Segundo o art. 5º da Lei Complementar nº 840/2011 – Regime Jurídico dos Servidores do Distrito Federal, assinale a alternativa que corresponde à modalidade de cargo em comissão cujo desempenho envolve atribuições da administração superior.

- (A) Livre exoneração
- (B) Chefia
- (C) Assessoramento
- (D) Direção
- (E) Livre nomeação

**QUESTÃO 19** \_\_\_\_\_

De acordo com o art. 7º da Lei Complementar nº 840/2011 – Regime Jurídico dos Servidores do Distrito Federal, assinale a alternativa que indica requisito básico para investidura em cargo público.

- (A) Nacionalidade brasileira ou estrangeira
- (B) Gozo de direitos políticos
- (C) Idade mínima de 16 anos
- (D) Ensino superior
- (E) Quitação fiscal

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Questões de 20 a 22**

**QUESTÃO 20** \_\_\_\_\_

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que apresenta a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras, na qual a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

- (A) Pregão
- (B) Leilão
- (C) Diálogo competitivo
- (D) Concorrência
- (E) Concurso

**QUESTÃO 21** \_\_\_\_\_

No que se refere aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder disciplinar consiste na prerrogativa reconhecida à Administração Pública para investigar e punir, após o contraditório e a ampla defesa, os agentes públicos, na hipótese de infração funcional, e os demais administrados sujeitos à disciplina especial administrativa.
- (B) O poder hierárquico compreende a prerrogativa reconhecida à Administração Pública para restringir e condicionar, com fundamento na lei, o exercício de direitos com o objetivo de atender ao interesse público.
- (C) O poder normativo diz respeito à relação de subordinação administrativa entre agentes públicos, que pressupõe a distribuição e o escalonamento vertical de funções no interior da organização administrativa.
- (D) O poder de polícia consiste na prerrogativa reconhecida à Administração Pública para editar atos administrativos gerais para fiel execução das leis.
- (E) O abuso do poder pode ocorrer na modalidade desvio de poder ou de finalidade, em que a atuação do agente público extrapola a competência delimitada pela lei.

**QUESTÃO 22** \_\_\_\_\_

Assinale a alternativa que indica atributos dos atos administrativos.

- (A) Autoexecutoriedade, validade e eficácia
- (B) Perfeição, validade e eficácia
- (C) Imperatividade, validade, presunção de legitimidade e de veracidade
- (D) Autoexecutoriedade, imperatividade, presunção de legitimidade e de veracidade
- (E) Perfeição, validade e imperatividade

**Área livre**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**  
Questões de 23 a 25**QUESTÃO 23**

Assinale a alternativa que apresenta o *status* jurídico da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York em 30 de março de 2007, aprovados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, conforme o procedimento estabelecido pelo parágrafo 3º do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

- (A) Lei ordinária
- (B) Supralegalidade
- (C) Emenda constitucional
- (D) Lei complementar
- (E) Resolução

**QUESTÃO 24**

A competência constitucional estabelecida no art. 23, inciso I, da Constituição Federal (CF) de 1988, de zelar pela guarda da CF, das leis e das instituições democráticas e de conservar o patrimônio público é

- (A) da União.
- (B) dos estados.
- (C) dos municípios.
- (D) do Distrito Federal.
- (E) da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

**QUESTÃO 25**

Assinale a alternativa que indica um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dispostos na Constituição Federal.

- (A) Com exceção do previsto em acordo coletivo, direito à jornada de cinco horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- (B) Participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (C) Garantia de assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até seis anos de idade em creches.
- (D) Garantia de salário para os que percebem remuneração variável, excepcionalmente inferior ao mínimo, para proteção do mercado de trabalho.
- (E) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, exceto quando incorrer em culpa.

**Área livre****CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**  
Questões de 26 a 60**QUESTÃO 26**

Quanto à classificação dos serviços de transporte urbano, é correto afirmar que são divididos

- (A) quanto ao objeto, à característica do serviço e à natureza do serviço.
- (B) entre de passageiros e de cargas.
- (C) entre coletivo e individual.
- (D) entre público e privado.
- (E) entre motorizados e não motorizados.

**QUESTÃO 27**

A Lei nº 12.587/2012, que trata da Política Nacional de Mobilidade, no art. 14, elencou os direitos dos usuários do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, em particular dos usuários do transporte público. A grande vantagem de que tais direitos sejam objeto de lei é a possibilidade de qualquer cidadão que não tenha seu direito legal observado recorrer ao Ministério Público para sanar a respectiva lesão cometida. A esse respeito, assinale a alternativa que apresenta um direito dos usuários do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

- (A) Incentivar o desenvolvimento científico-tecnológico e o uso de energias renováveis e menos poluentes.
- (B) Consolidar a gestão democrática como instrumento e a garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.
- (C) Desenvolver ações sustentáveis das cidades nas dimensões socioeconômicas e ambientais.
- (D) Garantir a sustentabilidade econômica das redes de transporte público coletivo de passageiros, de modo a preservar a continuidade, a universalidade e a modicidade tarifária do serviço.
- (E) Participar do planejamento, da fiscalização e da avaliação da política local de mobilidade urbana

**QUESTÃO 28**

O Brasil é um país com dimensões continentais, fortes particularidades regionais e com profundas desigualdades sociais, culturais e econômicas. Todos esses elementos interferem no planejamento, no padrão e nas necessidades da mobilidade da população de cada cidade. Os temas mais afeitos à política de mobilidade urbana – circulação, trânsito e transporte público – são tipicamente assuntos de interesse local e, portanto, difíceis de ser enquadrados em uma única solução.

Considerando essas informações, assinale a alternativa que contempla o planejamento, a gestão e a avaliação dos sistemas de mobilidade.

- (A) Instrumentos de gestão urbana para uso do solo e da mobilidade urbana
- (B) Desenvolvimento urbano orientado para o transporte público e não motorizado (TOD)
- (C) Identificação dos meios financeiros e institucionais que assegurem sua implantação e sua execução
- (D) Política tarifária e regulação do transporte público
- (E) Planos de mobilidade urbana como instrumento de melhoria ambiental

## QUESTÃO 29

A promoção de mudanças no cenário de mobilidade das cidades brasileiras exige a implantação de medidas de gerenciamento de demanda de transporte. De acordo com Medina *et al* (2012), essas medidas são definidas pelo “conjunto de estratégias destinadas a mudar o padrão de mobilidade das pessoas (como, quando e para onde a pessoa se desloca) com a finalidade de aumentar a eficiência dos sistemas de transporte e alcançar objetivos específicos de política pública, visando ao desenvolvimento sustentável. As estratégias de gerenciamento da mobilidade priorizam o movimento de pessoas e bens em relação ao de veículos.”

Acerca desse assunto, assinale a alternativa que indica instrumento de gestão de demanda por viagens.

- (A) Restrição e controle de acesso e circulação de veículos motorizados em locais e horários predeterminados
- (B) Controle e monitoramento de emissões atmosféricas para transportes não motorizados
- (C) Dispositivo e sinalização auxiliares
- (D) Hierarquização viária local
- (E) Serviços de mototáxi e motofrete

## QUESTÃO 30

Sistema de transporte que nasceu no Brasil e proporciona mobilidade urbana rápida, confortável e com custo eficiente por meio da provisão de infraestrutura segregada com prioridade de passagem, operação rápida e frequente e plataforma em nível, além de ser construído mais rapidamente, com gastos menores do que outros sistemas de alta capacidade.

Com base no exposto, assinale a alternativa correspondente ao sistema de transporte descrito.

- (A) Metrô
- (B) BRT (*Bus rapid transit*)
- (C) Ônibus
- (D) VLTs (Veículos leves sobre trilhos)
- (E) Monotrilho

## QUESTÃO 31

De acordo com o art. 22 da Lei nº 12.587/2012, que trata da Política Nacional de Mobilidade, consideram-se atribuições mínimas dos órgãos gestores dos entes federativos incumbidos, respectivamente, do planejamento e da gestão do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana a

- (A) integração dos modos de transporte público e destes com os privados e os não motorizados.
- (B) garantia da circulação viária.
- (C) garantia dos deveres e a observância das responsabilidades exclusivas dos transportes públicos.
- (D) avaliação e a fiscalização dos serviços e o monitoramento de desempenhos, garantindo a consecução das metas de universalização e de qualidade.
- (E) garantia do controle, da fiscalização, da arrecadação de impostos e da difusão de informações.

## QUESTÃO 32

O Decreto Distrital nº 42.011/2021, no art. 2º, define o Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede (STIP/DF) como “a modalidade de serviço de transporte urbano, individual e remunerado de passageiros, prestado por pessoa natural, mediante uso de automóvel, cuja contratação seja disponibilizada exclusivamente por meio de acesso a aplicativo *on-line* de agenciamento de viagens, operado por pessoa jurídica, com a qual se relaciona direta ou indiretamente o prestador do serviço”. Com relação ao dispositivo mencionado, assinale a alternativa correta.

- (A) Até a presente data, o transporte individual de passageiros não está regulamentado no Distrito Federal.
- (B) O serviço prestado por meio de plataformas digitais configura-se como transporte de passageiros nos mesmos moldes do serviço prestado pelos taxistas.
- (C) Trata-se de atividade acessória ao serviço público de transporte coletivo, que com ele não se confunde e nem pode competir.
- (D) A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é constitucional.
- (E) Os municípios não têm competência para disciplinar o transporte urbano local, portanto a legislação que regulamenta o transporte individual privado de passageiros no Distrito Federal é inconstitucional.

## QUESTÃO 33

De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), combinada com leis específicas, no uso do transporte público coletivo integrante do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF), haverá a concessão de gratuidade para pessoas com deficiência no Distrito Federal (DF). No que concerne à gratuidade do transporte público coletivo para pessoas com deficiência no DF, é correto afirmar que será custeada

- (A) pelo governo do DF, mas apenas parcialmente, por meio de parceria pública privada.
- (B) parcialmente pelos passageiros.
- (C) pela União, integralmente.
- (D) pelo governo do DF, integralmente.
- (E) pelas empresas de transporte público.

Área livre

### QUESTÃO 34

A Lei Distrital nº 4.566/2011 dispõe acerca do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal (PDTU/DF). É um instrumento de planejamento que tem por objetivo definir as diretrizes e as políticas estratégicas para a gestão dos transportes urbanos no âmbito do DF e apresentar proposta de gestão compartilhada para os municípios do entorno imediato. A esse respeito, assinale a alternativa que apresenta uma parte importante do planejamento estratégico de mobilidade urbana.

- (A) Focar exclusivamente nos modos motorizados individuais por meio de medidas que aumentem os custos nos deslocamentos do transporte público coletivo.
- (B) Levar em conta a qualidade ambiental efetivada pelo controle dos níveis de poluição atmosférica e sonora e pela proteção do patrimônio histórico e arquitetônico, bem como das diversas áreas residenciais e de vivência coletiva, contra o trânsito indevido de veículos.
- (C) Desprestigiar a eficiência na prestação dos serviços, ignorando-se a rede de transporte integrada em regime de racionalidade operacional.
- (D) Priorizar o Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede (STIP/DF).
- (E) Ignorar as necessidades dos pedestres e dos ciclistas, bem como não envolver a comunidade e as lideranças locais no processo de planejamento.

### QUESTÃO 35

A Lei Federal nº 8.987/1995 dispõe quanto ao regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal. Com base no referido diploma legal, assinale a alternativa que conceitua a concessão de serviço público.

- (A) Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.
- (B) É a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- (C) Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento aos usuários, conforme estabelecido nessa lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.
- (D) É a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- (E) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

### QUESTÃO 36

O equilíbrio financeiro e econômico, que é garantido pela Constituição Federal em seu art. 37, inciso XXI, é um dos elementos-chave que sustentam os contratos administrativos e garantem a equidade entre as obrigações das partes previstas no contrato. Em relação às concessões de serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- (B) O transporte somente é considerado serviço público quando é fornecido pelo Estado por meio de concessões.
- (C) A regulamentação e o financiamento do transporte como serviço público são feitos por empresas privadas com o objetivo de obter lucro.
- (D) O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser pleiteado no caso de ocorrência de fatos previsíveis.
- (E) Não se faz necessária a previsão de mecanismos de revisão das tarifas, a fim de se manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

### QUESTÃO 37

Considere hipoteticamente uma cidade chamada Oceania, onde as pessoas viviam cercadas de poluição e por tráfego intenso. Nela a vida urbana se tornou cada vez mais insuportável, e as pessoas começaram a sentir os efeitos negativos da falta de mobilidade urbana sustentável. Tendo em vista a legislação do Distrito Federal (DF) como parâmetro, assinale a alternativa correspondente ao conjunto de políticas de transporte e circulação a ser aplicado na mencionada cidade, que visa a proporcionar acesso amplo e democrático ao espaço urbano e rural, priorizando os modos de transporte coletivo e não motorizados de forma efetiva, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável.

- (A) Fiscalização e avaliação da política ambiental local.
- (B) Criação de uma secretaria de transporte e mobilidade na estrutura do Ministério do Meio Ambiente do governo do DF.
- (C) Geração de um *quiz* na rede social do governo do DF, questionando a população acerca de suas preferências de locomoção.
- (D) Políticas de transporte e circulação que priorizam os modos individuais e motorizados.
- (E) Mobilidade urbana sustentável.

Área livre

## QUESTÃO 38



Fonte: PDTU - 2011

A análise dos indicadores da mobilidade urbana do Distrito Federal (DF) está fundamentada em pesquisa domiciliar realizada em 2009, quando 379 zonas de tráfego foram criadas e distribuídas entre as 30 Regiões Administrativas do DF, e 38 alocadas entre oito cidades da periferia metropolitana, abrangendo um total de 3.312.908 pessoas (sendo 2.490.737 do DF e mais 822.171 pessoas de oito municípios limítrofes ao DF).

LEAL, Carlos C. M. *Plano Diretor de Transportes e Mobilidade do Distrito Federal (PDTU/DF)*. Codeplan, 2017, p. 9.

Considerando as informações desse gráfico, quanto à repartição modal dos transportes, assinale a alternativa correta.

- (A) A escolha do deslocamento a pé e (ou) de bicicleta está condicionada à caracterização dos espaços de pedestres/ciclistas, à segurança viária para os transeuntes, à definição dos principais fatores para o deslocamento a pé/bicicleta e à identificação dos problemas de adequação oferta-demanda nos transportes motorizados.
- (B) A criação de políticas públicas que priorizam os modos de transporte individual e motorizados de forma efetiva é necessária.
- (C) O gráfico revela o sucesso de um conjunto de políticas de transporte público de mobilidade urbana sustentável.
- (D) Brasília é a cidade da América Latina com a maior malha cicloviária, com sinalização adequada, informações de segurança, gestão das intersecções e respeito aos ciclistas.
- (E) O Código Brasileiro de Trânsito não abrange os ciclistas; por esse motivo, há pouco interesse da população pelo transporte não motorizado.

Área livre

## QUESTÃO 39

O Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF) divide o serviço básico de transporte coletivo em duas categorias: rodoviário e metroviário. Com o objetivo de se obter praticidade e economicidade, foi criado o “bilhete único”. A vantagem desse benefício para os passageiros é a possibilidade de uso por

- (A) passageiros que necessitam utilizar uma linha no mesmo sentido, dentro de um período preestabelecido, pagando pelo deslocamento somente a tarifa de maior valor.
- (B) passageiros que necessitam utilizar até três linhas (dois transbordos) no mesmo sentido, sendo que uma delas finalize na Rodoviária do Plano Piloto.
- (C) passageiros que necessitam utilizar até três linhas (dois transbordos) no mesmo sentido, dentro de um período preestabelecido, pagando pelos deslocamentos somente a tarifa de maior valor ou a tarifa integrada.
- (D) passageiros que necessitam utilizar até duas linhas (dois transbordos) no mesmo sentido, desde que seja da mesma categoria de transporte coletivo.
- (E) rodoviários e (ou) metroviários que necessitam utilizar até três linhas (dois transbordos) no mesmo sentido, dentro de um período preestabelecido, não sendo necessário pagar pelos deslocamentos.

## QUESTÃO 40

Com base na Constituição Federal, bem como na doutrina e jurisprudência, foram estabelecidos conceitos e princípios que visam à garantia de que os serviços públicos sejam prestados de forma equitativa, eficiente e transparente, atendendo às necessidades e às expectativas da sociedade. Que princípio rege o acesso aos serviços públicos de transporte?

- (A) Exclusividade
- (B) Transparência
- (C) Direitos de ir e vir
- (D) Direito à informação
- (E) Universalidade

Área livre

## QUESTÃO 41

A não exigência de pneu e aro sobressalente, macaco e chave de roda, prevista na Resolução Contran nº 912/2022, aplica-se somente a

- (A) ônibus que integram o sistema de transporte urbano de passageiros nos municípios, regiões e microrregiões metropolitanas ou conglomerados urbanos que possuam equipes próprias especializadas em troca de pneus ou aros danificados.
- (B) veículos de carroçaria blindada para transporte de valores pertencentes a firmas individuais, empresas ou organizações que possuam equipes próprias especializadas em troca de pneus ou aros danificados.
- (C) caminhões dotados de características específicas para transporte de lixo, de concreto e de maquinaria de qualquer natureza, que possuam equipes próprias especializadas em troca de pneus ou aros danificados.
- (D) automóveis, camionetas, caminhonetes e utilitários com peso bruto total (TBT) de até 3,5 t, que apenas possuam equipes próprias especializadas em troca de pneus ou aros danificados.
- (E) veículos equipados com pneus capazes de trafegar sem ar, ou aqueles equipados com dispositivo automático de enchimento emergencial, desde que a dispensa seja reconhecida pelo órgão máximo de trânsito da União por ocasião do requerimento do código específico de marca/modelo/versão.

## QUESTÃO 42

Nos termos da Resolução nº 233/2003, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), na imposição de penalidades por parte da ANTT, no que tange ao transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, realizado por operadora brasileira, os valores das multas são calculados tendo como referência o coeficiente tarifário (CT) e são classificadas em Grupos conforme a natureza da infração. Assinale a alternativa que relaciona corretamente a quantidade da multa à conduta prevista de determinado grupo.

- (A) Trafegar com veículo em serviço, sem equipamento ou item obrigatório, multa de 10.000 vezes o coeficiente tarifário.
- (B) Descumprir obrigações tributárias, trabalhistas e (ou) previdenciárias, multa de 30.000 vezes o coeficiente tarifário.
- (C) Praticar a venda de bilhetes de passagem e emissão de passagens individuais, quando da prestação de serviço de transporte sob o regime de fretamento, multa de 50.000 vezes o coeficiente tarifário.
- (D) Emitir bilhete de passagem com o desconto previsto em legislação específica, sem observância das especificações, multa de 20.000 vezes o coeficiente tarifário.
- (E) Executar serviços de transporte rodoviário interestadual ou internacional de passageiros sem prévia autorização ou permissão, multa de 40.000 vezes o coeficiente tarifário.

Área livre

## QUESTÃO 43

No que se refere à delegação das competências relacionadas à gestão, regulação e fiscalização do serviço de transporte interestadual semiurbano de passageiros na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE-DF) (Convênio de Delegação nº 001/2020 – ANTT), assinale a alternativa correta.

- (A) Gerir os instrumentos de delegação para prestação de serviços delegados, inclusive os celebrados antes da vigência do convênio de delegação, é uma obrigação comum ao convenente e ao conveniado.
- (B) Responder pelos danos causados em caso de descumprimento do convênio é uma obrigação exclusiva do conveniado.
- (C) Formular a política pública para os serviços delegados é um direito do conveniado.
- (D) Arbitrar os eventuais conflitos de interesses e impedir situações que configurem competição imperfeita ou infração à ordem econômica é uma obrigação do conveniado.
- (E) Encaminhar os autos ao Tribunal de Contas da União para o acompanhamento da permissão de serviço público é uma obrigação do conveniado.

## QUESTÃO 44

Quanto à remoção de veículo para o depósito fixado pelo órgão ou entidade competente, com circunscrição sobre a via, nos casos previstos no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), assinale a alternativa correta.

- (A) Se ausente o proprietário ou o condutor do veículo no momento da remoção, deverá a autoridade de trânsito, em até dez dias, contados da data da remoção, expedir ao proprietário notificação pelos meios legais, a fim de assegurar a sua ciência, e, caso não se efetive, poderá fazê-la por edital.
- (B) Os serviços de remoção, depósito e guarda de veículo somente poderão ser realizados por órgão público.
- (C) A notificação de ciência de remoção de veículo devolvida por desatualização do endereço do proprietário do veículo deverá ser publicada por edital.
- (D) O veículo em estado de abandono somente poderá ser removido para o depósito fixado pelo órgão ou entidade competente do Sistema Nacional de Trânsito se houver infração à legislação de trânsito atribuída a seu proprietário.
- (E) A remoção é uma penalidade prevista no CTB que afasta a aplicação de medidas administrativas.

Área livre

## QUESTÃO 45

Nos termos da Lei nº 12.587/2012, são instrumentos de gestão do sistema de transporte e da mobilidade urbana a(o)

- (A) estipulação de padrões de emissão de poluentes para locais e horários determinados, sem poder, contudo, condicionar o acesso e a circulação aos espaços urbanos sob controle.
- (B) monitoramento e controle das emissões dos gases de efeito local e de efeito estufa dos modos de transporte motorizados, garantindo a livre locomoção sem restrições ou limitações.
- (C) estabelecimento da política de estacionamentos de uso público e privado, com e sem pagamento pela sua utilização, como parte integrante da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
- (D) dedicação de espaço exclusivo nas vias públicas somente para os serviços de transporte público coletivo.
- (E) estabelecimento de convênios para o transporte coletivo urbano entre municípios de estados diversos.

## QUESTÃO 46

De acordo com o que dispõe a Lei nº 12.587/2012, são obrigados a elaborar e aprovar Plano de Mobilidade Urbana os municípios

- (A) com mais de 30 mil habitantes, quando forem integrantes de áreas de interesse turístico.
- (B) com mais de 20 mil habitantes, independentemente de outros critérios.
- (C) integrantes somente de regiões metropolitanas, com população total superior a 1 milhão de habitantes.
- (D) integrantes somente de regiões integradas de desenvolvimento econômico, com população total superior a 1 milhão de habitantes.
- (E) integrantes de áreas de interesse turístico, desde que se situem em aglomerações urbanas com população total superior a 1 milhão de habitantes.

## QUESTÃO 47

Considere hipoteticamente que certa empresa de cosméticos lançou uma publicidade em dissonância com o Código de Defesa do Consumidor. Na peça publicitária, havia a insinuação de que existiriam crianças “bonitas e feias”, mas, com o uso de seus produtos, “todas ficariam bonitas”. A peça foi considerada abusiva nos termos do art. 37, § 2º, da Lei nº 8.078/1990.

Considerando essa situação hipotética e de acordo com a Portaria nº 83/2021, que regulamenta a exploração de publicidade no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF), assinale a alternativa correta.

- (A) A exploração da peça publicitária nos veículos do STPC/DF é possível, desde que haja anuência da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade (SEMOB/DF).
- (B) A veiculação da mencionada publicidade no STPC/DF é proibida, já que foi considerada abusiva nos termos do art. 37, § 2º, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

- (C) A declaração de anuência da SEMOB/DF pode autorizar qualquer tipo de publicidade, mesmo que atente contra os princípios da probidade, da eficiência e da valorização do transporte público coletivo e da acessibilidade.
- (D) A peça publicitária poderá ser utilizada desde que não prejudique a percepção e a orientação de motoristas de outros veículos.
- (E) Qualquer publicidade é autorizada, desde que não coloque em risco a segurança do trânsito.

## QUESTÃO 48

O Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal será administrado

- (A) pelo governador do Distrito Federal em conjunto com o Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- (B) pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
- (C) pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda.
- (D) pela Companhia Metropolitana do Distrito Federal.
- (E) por um conselho composto por um técnico da Secretaria de Estado de Transporte, um técnico do Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTRANS), um técnico do Metrô/DF e dois membros da sociedade civil.

## QUESTÃO 49

Em relação ao transporte público coletivo do Distrito Federal, é correto afirmar que o(s) serviço(s)

- (A) intermediário compreende linhas do modo rodoferroviário, com características diferenciadas do serviço básico, que visem a atender ao transporte férreo.
- (B) de transporte público coletivo classificam-se em básico, intermediário e complementar.
- (C) básico compreende linhas dos modos metroviário e rodoviário.
- (D) de transporte escolar, integrante do serviço básico de transporte público, compreende o deslocamento dos alunos das redes pública e particular de ensino do Distrito Federal.
- (E) de transporte básico, intermediário e complementar buscam proporcionar aos cidadãos o acesso universal, temeroso e equânime ao espaço urbano.

Área livre

## QUESTÃO 50

Ao fiscal de atividades urbanas da área de especialização transportes, no exercício da função, compete fiscalizar

- (A) a operacionalidade do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, dos municípios e territórios federais e dos serviços de táxis, metrô, transporte privado, terminais rodoviários e metroviários.
- (B) a observância dos termos dos contratos de parceria público-privada, permissão e alienação do transporte de passageiros.
- (C) e controlar os terminais de embarque e desembarque de transporte aeroportuários.
- (D) o cumprimento dos regulamentos e das especificações operacionais do transporte de passageiros do Distrito Federal e dos serviços de táxis.
- (E) o cumprimento das normas específicas de concessão, prestação de serviços e fornecimento do transporte de passageiros.

## QUESTÃO 51

Considere hipoteticamente que uma empresa de transportes, concessionária do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, teve veículo de sua frota retido no terminal por estar sendo conduzido por pessoa não habilitada. Nesse caso, o veículo poderá ser liberado para retorno à operação

- (A) quando o motorista for substituído por qualquer outro habilitado para o transporte de passageiros na categoria “B”.
- (B) quando a empresa apresentar motorista devidamente habilitado e cadastrado pelo operador no DMTU/DF.
- (C) após a quitação de débito pendente no Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal (DMTU/DF).
- (D) quando forem verificados o velocímetro, o odômetro, o tacógrafo ou os demais equipamentos obrigatórios.
- (E) somente oito horas depois de iniciada a retenção.

## QUESTÃO 52

O art. 24 da Lei nº 3.106/2022 estabelece que o registro formal das irregularidades detectadas será feito pelo agente fiscal cadastrado no Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal (DMTU/DF) mediante auto de infração lavrado em formulário próprio. A esse respeito, considerando o fato de não ter sido colhida a assinatura do preposto da empresa presente durante o ato, assinale a alternativa correta.

- (A) O auto de infração será considerado inexistente.
- (B) O auto de infração terá sua eficácia suspensa até que o vício da falta de assinatura seja sanado.
- (C) A ausência da assinatura do preposto não invalida o ato do fiscal.
- (D) O auto de infração será considerado nulo.
- (E) A ausência da assinatura do preposto é anulável, podendo ser sanada pela convalidação da empresa.

## QUESTÃO 53

Constitui-se princípio da política tarifária do Sistema de Transporte do Distrito Federal

- (A) incentivar a utilização de gratuidades por todos os usuários.
- (B) buscar promover a mobilidade da população de classe média.
- (C) definir a estrutura tarifária de forma complexa, de modo a atender às peculiaridades dos moradores do Distrito Federal, em especial os de baixa renda.
- (D) conter, obrigatoriamente, política de descontos promocionais.
- (E) incentivar a implementação da integração tarifária do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF).

## QUESTÃO 54

A respeito do serviço de táxi no Distrito Federal (DF), regulamentado pela Lei nº 5.323/2014, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao Poder Legislativo compete autorizar a prestação do serviço de táxi.
- (B) O serviço de táxi é prestado por taxista autônomo, taxista auxiliar de condutor autônomo, taxista locatário ou por pessoa jurídica, mediante autorização do DF.
- (C) O taxista ocupante de cargo público no serviço público do DF, da União, de estado ou município terá prioridade no edital de seleção para prestação do serviço de táxi.
- (D) A autorização para a prestação do serviço de táxi não pode ser transferida a terceiros.
- (E) Na situação de invalidez permanente, o titular perde a titularidade da autorização, que volta a ser do DF.

## QUESTÃO 55

Acerca da prestação do serviço de táxi no Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O veículo executivo deve ter idade máxima de 8 anos para veículos a gasolina ou álcool e bicomustíveis, contados a partir da emissão do primeiro Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV).
- (B) A idade máxima dos veículos executivos adaptados, híbridos e elétricos deve ser de 10 anos, contados da emissão do primeiro CRLV.
- (C) O veículo executivo deve ter capacidade máxima de 12 lugares.
- (D) O veículo executivo deve possuir banco de tecido ou de material semelhante.
- (E) O veículo executivo deve possuir pintura uniforme na cor amarela, taxímetro e aparelhos registradores em modelo aprovado pela unidade gestora, devidamente aferidos e lacrados pelo órgão competente.

Área livre

## QUESTÃO 56

Quanto ao passe livre estudantil nas modalidades de transporte público coletivo, assinale a alternativa correta.

- (A) A operadora do sistema de bilhetagem automática deverá emitir cartão estudantil genérico, de forma a beneficiar o máximo de estudantes possível com um só cartão.
- (B) A frequência do estudante será informada mensalmente ao órgão pelo próprio estudante, se maior de 18 anos de idade, ou por maior responsável, via *web*, na forma disciplinada pelo Poder Executivo.
- (C) Aos estudantes em estágio obrigatório não é garantido o passe livre estudantil.
- (D) Os cartões de passe livre estudantil são de uso pessoal e intransferível, e sua utilização está sujeita à fiscalização dos operadores do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF) e do Metrô/DF.
- (E) O passe livre estudantil será custeado pelos Poderes Executivo e Legislativo por meio de fundo específico criado pela União, por intermédio do Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTRANS), que destinará recursos específicos para tal finalidade.

## QUESTÃO 57

De acordo com o Decreto Distrital nº 42.011/2021, que regulamentou a Lei nº 5.691/2016, que trata da prestação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal (STIP/DF), assinale a alternativa correta.

- (A) A empresa operadora deverá ser, obrigatoriamente, pessoa física ou jurídica organizada especificamente para essa finalidade.
- (B) Não é necessário que a matriz da empresa operadora seja no Distrito Federal, desde que haja filial em estado próximo.
- (C) A empresa operadora poderá iniciar o serviço via ligação telefônica, dispensando a necessidade inicial de aplicativo *on-line*.
- (D) É obrigatória a inscrição da empresa operadora no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), dispensada a inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal (CF/DF).
- (E) A empresa operadora deverá recolher a taxa anual relativa à autorização.

Área livre

## QUESTÃO 58

Nos termos do Decreto Distrital nº 42.011/2021, que regulamentou a Lei nº 5.691/2016, que dispõe acerca da prestação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal (STIP/DF), assinale a alternativa correta.

- (A) O aplicativo *on-line* de agenciamento de viagens, disponibilizado e operado pela empresa operadora, deve possuir acessibilidade, de modo a permitir sua plena utilização por usuários com deficiência, autorizada a cobrança de valores adicionais em função dessa condição.
- (B) O aplicativo *on-line* de agenciamento de viagens, disponibilizado e operado pela empresa operadora, deve utilizar mapas digitais.
- (C) O aplicativo *on-line* de agenciamento de viagens, disponibilizado e operado pela empresa operadora, é dispensado da necessidade de identificação do motorista com foto.
- (D) O pagamento do serviço deverá, obrigatoriamente, ser efetuado em moeda nacional, caso o aplicativo não possua ferramenta de intermediação para tanto.
- (E) É permitido à empresa operadora disponibilizar ao prestador do STIP/DF a foto do usuário ou passageiro logo após o aceite da viagem, para sua identificação, mesmo que sua divulgação não tenha sido autorizada.

## QUESTÃO 59

Em conformidade com o que estabelece o Decreto Distrital nº 42.011/2021, que regulamentou a Lei nº 5.691/2016, que dispõe acerca da prestação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal (STIP/DF), assinale a alternativa correta.

- (A) O Comitê Técnico de Monitoramento de Segurança no STIP/DF será coordenado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.
- (B) O prestador não se obriga a captar passageiros exclusivamente mediante uso de aplicativo *on-line* de agenciamento de viagens disponibilizado e operado pela empresa operadora.
- (C) O prestador não se obriga a acomodar cão-guia, sendo possível o cancelamento da corrida em tal ocasião, sem custos.
- (D) Ao prestador cabe definir os preços dos serviços cobrados dos usuários.
- (E) Ao fumar ou permitir que o passageiro fume durante a prestação do serviço, o prestador cumpre a lei, já que o carro é bem particular.

## QUESTÃO 60

O Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal é constituído pelos serviços

- (A) distrital e municipal.
- (B) territorial, municipal, estadual e federal.
- (C) interno, entorno, intermunicipal e interestadual.
- (D) vizinhança, convencional, executivo e alternativo.
- (E) convencional, leito, executivo e primeira classe.

## O R I E N T A Ç Õ E S

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição de texto definitivo, acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de questões, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada com o número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

### P R O V A D I S C U R S I V A

**Leia, com atenção, o texto a seguir.**

A mobilidade urbana em todo o globo terrestre é um tema amplo e muito reivindicado pela sociedade, que vai além do debate a respeito de transporte urbano, abrangendo questões de desenvolvimento urbano, como o uso e a ocupação do solo. A saúde e a qualidade de vida das pessoas estão intimamente ligadas às suas condições de locomoção diária. Por isso a importância de se buscarem modelos de cidades sustentáveis e funcionais.

Por todo o Brasil, têm sido implementados projetos e obras com o objetivo de dotar as cidades de infraestrutura de transporte coletivo urbano, especialmente aqueles de grande capacidade: BRT – Bus Rapid Transit, faixas exclusivas para ônibus, metrô, acessibilidade, calçamentos, túneis etc. Em atendimento à Política Nacional de Mobilidade Urbana, regulamentada pela Lei nº 12.587/2012, paralelamente, vêm sendo executadas grandes intervenções de obras no espaço urbano, como acontece na obra do túnel no centro de Taguatinga. Esta é considerada a maior obra viária de mobilidade em execução no País e tem como objetivo evitar a retenção de veículos nos semáforos no centro da cidade, dando maior fluidez ao tráfego, segurança aos pedestres e revitalização urbanística.

Obras dessa magnitude acontecem porque o crescimento populacional e a concentração nos grandes centros urbanos aumentaram os desafios referentes à compreensão da interação ideal entre a população e as cidades. Para atender às necessidades emergenciais, as construções em superfície foram predominantes, acarretando segregação de importantes áreas anteriormente habitadas pela população. Para ilustrar essas intervenções, tem-se como exemplo a substituição de praças por viadutos e estacionamentos. Neste contexto, a necessidade de obras subterrâneas, com intuito de revitalizar os grandes centros e melhorar a mobilidade e o transporte, tem crescimento exponencial quando se depara com um cenário urbano poluído por elementos segregadores e pela falta de espaço na superfície.

Disponível em: <<https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/tunel-de-taguatinga-no-df-e-batizado-de-tunel-rei-pele>>. Acesso em: 5 fev. 2023, com adaptações.

DOMINGUES, V. R. (2016). Técnicas Construtivas de Túneis de Travessia. Dissertação de Mestrado, Publicação G-DM-269/2016, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 168 p, com adaptações.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo acerca do tema “A mobilidade urbana em centros urbanos”. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) transporte, meio ambiente e qualidade de vida;
- b) mobilidade urbana (pessoas, carros, ônibus, metrô), atrelado a revitalização de centros urbanos; e
- c) desafios impostos para implementação e melhoria da mobilidade urbana.

**Área livre – folha de rascunho na página seguinte**

# RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	